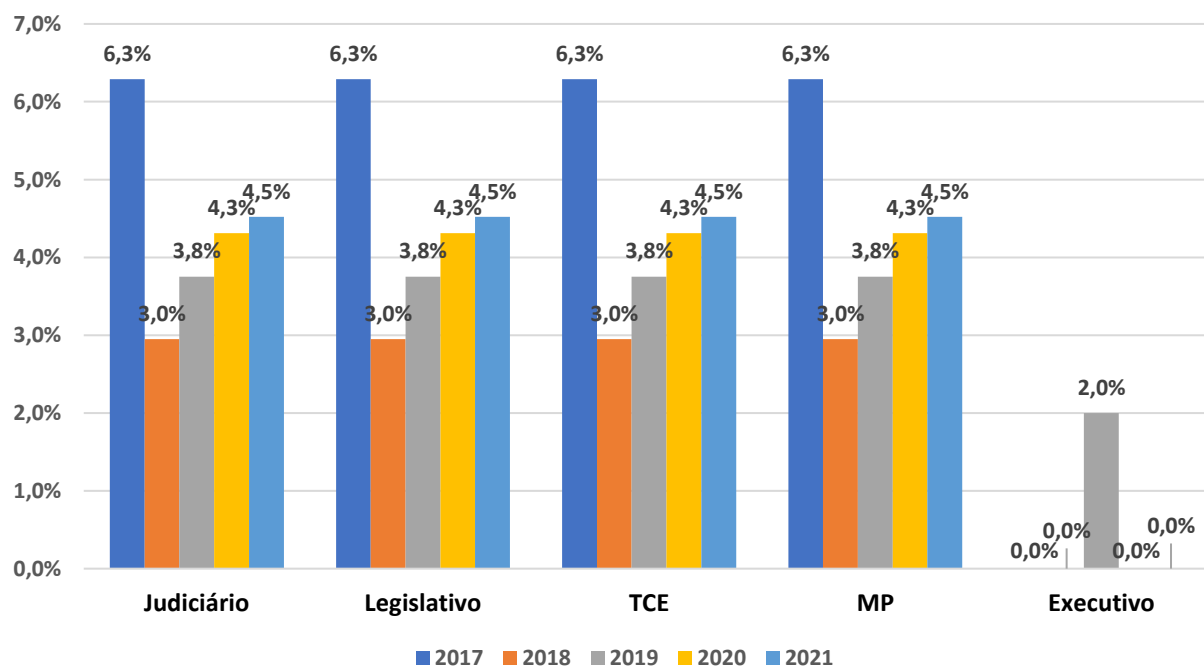


MAIO/2023: O GOVERNO DO ESTADO MANTÉM A POLÍTICA DE ARROCHO SALARIAL DO FUNCIONALISMO DO PODER EXECUTIVO (DOCENTES E OUTROS TRABALHADORES)

Nos últimos anos, os poderes políticos do estado do Paraná resolveram dividir o funcionalismo público em duas categorias: uma delas, constituída pelos trabalhadores do judiciário, legislativo, ministério público e tribunal de contas, as quais tiveram reposição salarial integral de 2017 a 2021, e, agora em 2023, de tal forma que suas perdas salariais acumuladas foram zeradas. A outra, uma espécie de subcategoria do funcionalismo na visão do governo, constituída por professores, médicos, enfermeiros, policiais, servidores das secretarias e outros órgãos do executivo – ou seja, aqueles que prestam os serviços considerados essenciais e lidam diretamente com a população – acumulou ao longo desses anos **42%** de defasagem salarial. O gráfico abaixo mostra a enorme discriminação que existe no funcionalismo do estado, expressando claramente que a prioridade do governo do estado no atendimento da população é uma mentira: não se tem serviço público como prioridade quando a prática dominante é a da discriminação, empobrecimento e tentativa de humilhação daqueles que estão na linha de frente do atendimento à população. Por si mesmo, os dados abaixo demonstram o tipo de prioridade estabelecida para os serviços públicos no estado do Paraná.

Funcionalismo público do estado do Paraná Reposição salarial - 2017 a 2021



Contra o arrocho salarial e a discriminação!

Todos à luta!!